

IMPOSSIBILIDADES ECONÔMICAS PARA NOSSOS NETOS

ECONOMIC IMPOSSIBILITIES FOR OUR GRANDCHILDREN

Paulo Sérgio Fracalanza*
Rosana Icassatti Corazza**

RESUMO

Em 1930, Keynes escreveu o ensaio *Economic Possibilities for Our Grandchildren*, no qual prognosticava que em um século, graças aos avanços do progresso técnico e das forças produtivas sob o capitalismo, a humanidade poderia finalmente libertar-se de seu mais primitivo “problema econômico”: a carga de trabalho na luta pela sobrevivência. Sobreviria uma era de abundância e liberdade e o homem finalmente poderia dedicar-se aos ideais de uma vida plena. Oitenta anos passados, inquirimos por que a humanidade não apenas não alcançou os requisitos para uma *good life*, como criou uma forma de organização social na qual o “amor ao dinheiro” se fez comum e, inclusive, moralmente desejável, e na qual a jornada de trabalho chegou a níveis insuspeitados. Neste artigo, com base no levantamento de contribuições sobre o tema na literatura especializada e na reflexão sobre argumentos aportados por especialistas, identificam-se algumas das razões pelas quais o mundo descrito por Keynes não se materializou e parece distante da realidade atual.

Palavras-chave: Jornada de trabalho. Sentidos do trabalho. Consumo conspícuo. Ócio.

ABSTRACT

In 1930, Keynes wrote the essay *Economic Possibilities for Our Grandchildren*, which foretold that in a century, thanks to the advances of technical progress and of the productive forces under capitalism, humankind could finally free itself from its most primitive "economic problem": the workload in the fight for survival. Would come an era of abundance and freedom and men and women finally could devote themselves to the ideals of a full life. After eighty years, we inquire why mankind not only failed to achieve the requirements for a good life, but created a form of social organization in which the "love of money" became common and even morally desirable, and in which the working time reached unsuspected levels. . In this paper, based on a survey of contributions on the subject in the specialized literature and on the experts' reflection on these topics, we identify some of the reasons why the world described by Keynes did not materialize and seems far from the present reality.

Keywords: Working time. Labour meanings. Conspicuous consumption. Laze.

1. INTRODUÇÃO

Em 1930, em meio à comoção da Crise de 1929, Keynes publica na *Nation and Athenaeum* um ensaio intitulado *Economic Possibilities for Our Grandchildren*.¹

Já nas primeiras linhas de seu texto, Keynes pretendia insuflar um sopro de otimismo frente ao que chamou de “duplo erro do pessimismo” de então. O primeiro, o erro do pessimismo dos revolucionários, que consistiria em acreditar que as coisas estavam tão ruins que “nada nos poderia salvar senão a mudança violenta”. O segundo, o dos reacionários, para quem o equilíbrio “entre nossa vida econômica e social [seria]

* Instituto de Economia – UNICAMP. E-mail: fracalan@eco.unicamp.br

** Facamp e DPCT-IG/UNICAMP. E-mail: rosanacorazza@gmail.com

¹ Dostaler (2009).

tão precário que não [deveríamos] arriscar experimentos” (KEYNES, 2008, p. 18, tradução nossa).

Dois anos antes, Keynes já havia apresentado uma conferência sobre esse tema para uma audiência de graduandos de Cambridge. Seu alvo era claro: Keynes observava com preocupação a inclinação de muitos de seus pupilos para o socialismo, que se lhes afigurava como uma promissora alternativa de construção de uma nova ordem social mais justa e potencialmente mais libertária.²

Na sua visão, do capitalismo ainda iriam brotar frutos benfazejos e a crise seria tão somente a manifestação das “dores do crescimento de velozes mudanças” (*growing pains of over-rapid changes*) que não deveriam ser confundidas com os achaques de um reumatismo (*ibid.*, p. 18). Mesmo a depressão mundial e a “anomalia do desemprego num mundo cheio de necessidades” (*ibid.*, p.18) não deveriam cegar os homens para as tendências mais importantes que estavam a se produzir sob a superfície mais aparente dos fenômenos. Asseverava, em tom algo irônico, que em mais cem anos, graças aos espetaculares avanços do progresso técnico e das imensas potencialidades das forças produtivas no capitalismo, a humanidade finalmente poderia libertar-se do jugo de seu mais primitivo “problema econômico”: o fardo do trabalho na luta pela sobrevivência. Viria, então, o tempo da abundância e da liberdade e o Homem poderia finalmente dedicar-se aos ideais de uma vida plena, ditosa, sábia e boa.

Nosso autor, porém, não acreditava que a travessia para esse paraíso edênico se faria sem percalços. Algumas condições restritivas teriam que ser satisfeitas: a humanidade não poderia se envolver em guerras e as convulsões da ordem social – sob o impacto das revoluções – teriam de ser banidas; o crescimento populacional deveria ser controlado; dever-se-ia confiar à ciência as matérias que são seu objeto; e, por último, mas não menos importante, a taxa de acumulação deveria se ver desimpedida (*ibid.*, p. 25-26). Mais: até que os tempos da bonança se anunciassem, o Homem deveria continuar a fazer de conta que “o belo é feio, e o feio, belo” (*ibid.*, p. 25). Por conseguinte, a maior parte da humanidade deveria continuar a dirigir suas pulsões para o trabalho heterônomo, árduo e sem trégua, enquanto a classe dos capitalistas deveria insistir na idolatria do bezerro de ouro e na ampliação de suas riquezas pelo simples prazer de seu acúmulo.³

Numa inspirada alegoria – que cremos bem expressar o sentido de sua mensagem – Keynes teria flertado com o que Skidelsky e Skidelsky (2012) denominam a *barganha faustiana*:⁴ se bem que o capitalismo o repugnasse e embora abominasse o homem forjado nesse meio – em sua condição inumana de mero autômato – concedia que esse seria o preço a pagar por um sistema de relações sociais que orquestrava os impulsos dos homens para o domínio das forças produtivas, para o progresso material e para o acúmulo irrefletido de riquezas. Chegaria o tempo, ansiava, em que dispondo de todos os meios para suprir suas necessidades com o dispêndio de pouco trabalho humano, aos homens se descortinaria a possibilidade de dirigir sua vida de forma diversa.

Mesmo seu reconhecimento da injustiça de uma apropriação tão desigual do excedente econômico também parecia justificar-se nos termos do pacto diabólico: se às

² Skidelsky e Skidelsky (2012).

³ “Perhaps it is not an accident that the race which did most to bring the promise of immortality into the heart and essence of our religions has also done most for the principles of compound interest and particularly loves this most purposive of human institutions.” (Keynes, 2008, p.25).

⁴ Skidelsky e Skidelsky (2012) afirmam que a ideia de Fausto como uma metáfora literária faz surgir o Diabo não apenas como uma força negativa à qual deve-se resistir, mas também como uma força criativa nos negócios humanos. Na leitura dos autores, Marx também teria flertado com essa mesma concepção.

classes trabalhadoras se dispensava pouco ou mais do que o necessário para sua reprodução, todo o trabalho excedente – se descontado, é dever não olvidar, o que se veria sacrificado pelo consumo conspícuo das classes abastadas – poderia destinar-se à obra da acumulação (KEYNES, 2008).

Não se deve, entretanto, imaginar qualquer ingenuidade em nosso autor. Keynes bem sabia – ao menos é assim que o lemos – que suas especulações, ou seria mais apropriado dizer, seus anseios, encontravam-se num plano utópico, pois que suas possibilidades de realização dependeriam fundamentalmente dos caminhos – insuspeitados – que a humanidade decidiria eventualmente trilhar. E, talvez acrescentasse, num tom que se tornaria mais amargo ao longo dos anos, que seu ensaio fora mal interpretado: nunca quisera fornecer falsas esperanças, seu fito era escarnecer, com fina ironia, do destino que a humanidade havia criado para si. Cremos ser legítima essa interpretação ao menos por três razões.

A primeira reside na discussão sobre o caráter ilimitado dos desejos humanos. Keynes afirma que, nessa questão, é fundamental distinguir entre necessidades absolutas e relativas. As primeiras são aquelas sentidas independentemente da situação de terceiros, as últimas são experimentadas como decorrência de uma comparação com a situação de terceiros. As primeiras são passíveis de saciedade, enquanto que as últimas podem ser insaciáveis. Cremos que essa distinção torna mais claro o sentido emprestado à ideia da taxa de acumulação, calculada como a margem entre a produção e o consumo. Se a humanidade passasse a se guiar pela miragem de desejos líquidos, elásticos, relativos, insaciáveis, produzir-se-ia obstáculo intransponível para a solução do problema econômico.

A segunda deve-se a toda sorte de obstáculos “psicológicos” – ou talvez fosse mais conveniente dizer, obstáculos enraizados nas formas de socialização e nas instituições e ditames da cultura ocidental – para a criação coletiva de um mundo sem trabalho. As perguntas eram muitas: como o Homem reorientaria suas pulsões instintivas, domesticadas em grande parte pelos substitutivos do trabalho estafante? Seria o Homem capaz de matar o Adão dentro de si? E, nesse caso, a que se dedicaria o Homem? A julgar pelas condições das vanguardas, que já usufruíam de um mundo sem trabalho, os prognósticos não eram alentadores. Em termos implacáveis:

To judge from the behavior and the achievements of the wealthy classes to-day in any quarter of the world, the outlook is very depressing! For these are, so to speak, our advance guard – those who are spying out the promised land for the rest of us and pitching their camp there. For they have most of them failed disastrously, so it seems to me – those who have an independent income but no associations or duties or ties – to solve the problem which has been set them. (KEYNES, 2008 p. 23).

Na concepção de Keynes, as elites econômicas ofereciam um espetáculo deprimente no desperdício do tempo livre e de suas potencialidades, em favor do jogo das aparências e da concorrência desenfreada pela posse dos símbolos do consumo conspícuo.⁵

A terceira razão prende-se ao fato de que Keynes, assim como Marx, concebia que a natureza do sistema econômico capitalista não poderia ser apreendida na esfera da circulação, na interação entre produtores livres movidos pelo desejo do consumo e pela sua predisposição inata ao intercâmbio de mercadorias. O desvelamento da natureza de

⁵ É interessante o paralelo entre essa passagem de Keynes e o ensaio de Russell. Para este último autor, as grandes realizações da humanidade devem-se todas ao exercício do ócio.

nossa particular forma de organização social exigia reconhecer a assimetria de poder constitutiva das relações sociais e que a força do desejo dos proprietários de riqueza moldavam as condições de vida da maior parte da humanidade. Não convém esquecer que ao escrever *Teoria Geral*, seis anos mais tarde, Keynes (1996) escarneceria da irrelevância da visão tradicional sobre o problema da determinação do emprego. Ao afirmar a precedência das decisões de gasto dos capitalistas sobre o volume de renda e emprego da economia, asseverava que o volume de emprego não era determinado nos limites do mercado de trabalho e que eram absolutamente irrelevantes as pretensões dos trabalhadores em ofertar sua força de trabalho quando as condições de demanda não recomendavam a contratação.

Possibilidades Econômicas para Nossos Netos (2008) tem sido revisitado nos últimos anos, em certa medida, porque no contexto da crise de 2008 Keynes foi reabilitado como o mestre que guardaria as chaves para a compreensão da origem da crise e das formas de combatê-la.⁶ Outros, contudo, têm procurado nesse ensaio respostas às suas perplexidades, num mundo, sobretudo para os países ricos ocidentais, onde o acúmulo das riquezas materiais não se fez acompanhar de um desabrochar da autonomia e das potencialidades humanas.

Passados mais de 80 anos da publicação desse ensaio, é dever constatar que a humanidade não somente não atingiu os requisitos de uma *good life*, como forjou uma forma de organização social em que o “amor ao dinheiro” tornou-se comum – e até mesmo moralmente desejável – e em que a jornada de trabalho atingiu patamares insuspeitados. Nosso objetivo, nos limites deste artigo, é investigar, partindo de uma rica literatura contemporânea, a evolução da jornada de trabalho nos últimos anos e indagar algumas das razões pelas quais o mundo descrito por Keynes não se concretizou e parece da vez mais distante de se concretizar. Dessa sorte, a metodologia empregada consiste da revisão crítica dos argumentos de autores selecionados por suas contribuições recentes nesse tema, dentre os quais destacamos Schor (1992, 2010), Skidelsky (2010), Skidelsky e Skidelsky (2012), Dostaller (2009) e Jackson (2010).

Para a realização deste ensaio, ademais desta introdução, acreditamos que algumas questões-chaves devem ser tratadas. Em primeiro lugar, cumpre trazer ao centro da cena, num segundo tópico, a dimensão política da luta sobre a definição da jornada de trabalho e questionar por que essas formas de luta parecem não mais mobilizar os desejos e as aspirações dos trabalhadores.

Num terceiro tópico, deve-se proceder a uma avaliação da tendência identificada por influentes pesquisadores, em muitos países, de um aumento (ou de um bloqueio da tendência secular de diminuição) das durações das jornadas de trabalho e uma heterogeneidade cada vez mais aguda entre os trabalhadores no que tange à extensão das jornadas de trabalho.

Finalmente, num quarto tópico, e à guisa de conclusão, pretende-se indagar as razões pelas quais, nos termos de Keynes, não logramos superar o “problema econômico”.

2. A JORNADA DE TRABALHO

O que impressionava Keynes e uma legião de observadores dos fenômenos econômicos e sociais sob o regime do capital era a força irresistível do progresso material – do crescimento sem peias da produtividade do trabalho sob o ritmo incessante do progresso técnico e da disciplina do trabalho. Para darmos voz a outro autor, seu contemporâneo, observemos como Schumpeter (2003) refere-se ao caráter

⁶ Skidelsky (2009), Pecchi e Piga (2008).

evolutivo do capitalismo sob o impulso das inovações, algo que em sua avaliação não teria escapado a Marx:

O capitalismo é, por sua natureza, uma forma ou método de transformação econômica e nunca está e nunca poderá ser estacionário. (...) [esse] processo de mutação industrial — se é que podemos usar esse termo biológico — revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos. Este processo de destruição criadora é básico para se entender o capitalismo. É dele que se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver SCHUMPETER (2003, p. 82-83).

Ao que Landes (2003) completaria fazendo eco a Schumpeter, em seu monumental *Prometeu Desacorrentado*:

O resultado foi um enorme aumento da produção e da variedade de bens e serviços, e isso, por si só, mais do que qualquer outra coisa desde a descoberta do fogo, modificou o estilo de vida do homem: o cidadão inglês de 1750 estava mais próximo dos legionários de César, em termos do acesso às coisas materiais, do que dos seus próprios bisnetos (LANDES, 2003, p. 5).

Não convém imputar qualquer ingenuidade ao pensamento de Keynes. Os termos da barganha faustiana, no sentido em que Skidelsky & Skidelsky (2012) emprestam ao termo, ou seja, a ideia de que, em nome da promessa de uma vida plena, a maior parte da humanidade deveria se ver sacrificada a trabalhar sem trégua não escapava ao nosso autor. Em *Consequências Econômicas da Paz* (2013), a rudeza dessa argumentação é desnudada sem disfarces:

“A imensa acumulação de capital fixo (...) nunca seria produzida numa Sociedade onde a riqueza fosse dividida equanimente. As estradas de ferro do mundo, que [aquela] era construiu como um monumento à posteridade são, não menos do que as Pirâmides do Egito, o fruto do trabalho ao qual se vedou consumir, no desfrute do gozo momentâneo, o equivalente de seus esforços (KEYNES, 2013, s.p.).

Mais do que isso, Keynes admitia que o crescimento desse extraordinário sistema – *the Capitalist System* – dependia do sucesso de um duplo blefe. Por um lado, as massas trabalhadoras deveriam “(...) por ignorância, ou fraqueza, ou deveriam ser compelidas, persuadidas, ou aduladas pelo costume, convenção ou autoridade e pela ordem bem estabelecida da Sociedade” (KEYNES, 2013, s.p.) a aceitar um pequeno quinhão da riqueza socialmente produzida. Por outro lado, caberia às classes abastadas, no interesse do acúmulo de riquezas, dedicar-se às virtudes da “poupança” e da parcimônia.⁷

A questão de fundo, entretanto, teria de ser revelada: e se o bolo realmente crescesse? O fato é que Keynes não acalentava muitas esperanças de que a humanidade saberia aproveitar essa benção:

E o bolo cresceu, mas para qual finalidade não estava claramente previsto. Os indivíduos seriam exortados não tanto a se abster, mas a postergar e a cultivar os prazeres da segurança e da antecipação. Poupar para a velhice e para os filhos; mas isso apenas em teoria – a virtude do bolo seria em nunca ser consumido, nem por si, nem por seus filhos depois de si. (Keynes, 2007, p. 385)

⁷ Poupança aqui, bem entendida, nos termos de Keynes, como o investimento.

Se abandonarmos nosso autor de Cambridge e nos voltarmos a Marx, alguns dos temas visitados ganharão uma perspectiva mais alentada. Uma leitura atenta do capítulo oitavo d'*O Capital* permite evidenciar um argumento pouco explorado por alguns economistas que se debruçam sobre a questão da redução do tempo de trabalho: que o incremento da produtividade do trabalho e do grau de intensidade do trabalho cria uma grandeza de tempo excedente cada vez maior. E que esse tempo excedente, tudo o mais constante e sem prejuízo da taxa de mais-valia, pode ter quatro destinações não exclusivas: pode ser reinvestido; pode servir para ampliar a cesta de bens consumidos pelos trabalhadores, ou bem os bens de luxo à disposição das classes capitalistas; pode ser apropriado pelo Estado e pode também significar a oportunidade de diminuir a duração do tempo de trabalho.

Todavia, na produção capitalista, o crescimento da força produtiva do trabalho não tem por objetivo reduzir a jornada de trabalho.⁸ A tendência constante do capital em desenvolver as forças produtivas do trabalho tem por fim reduzir o valor da força de trabalho e, por consequência, ampliar a grandeza da mais-valia, fornecendo novo impulso ao processo de valorização do capital.⁹

Portanto, uma redução da jornada de trabalho, movimento não inscrito no regime do capital, só pode suceder, num primeiro momento, como produto da resistência dos trabalhadores, como o resultado de uma luta movida pela classe trabalhadora. Isso, porém, pressupõe, é bem certo, que os trabalhadores encontrem-se organizados e, para que isso ocorra é fundamental que a classe trabalhadora comporte certa densidade, em termos de seu contingente e de sua proporção, e acumule poder político.

Cumprido, portanto, trazer ao centro da cena a dimensão política da luta sobre a definição da jornada de trabalho nos termos que Marx empregou, qual seja, que as formas de regulamentação da jornada de trabalho apresentam-se, historicamente, como uma luta multissecular travada pela classe trabalhadora, de um lado, e pela classe capitalista, de outro, pela definição dos limites da duração da jornada de trabalho.¹⁰ Por conseguinte, não devemos estranhar que os primeiros movimentos pela redução do tempo de trabalho e o surgimento das primeiras leis que procuravam disciplinar a duração do tempo de trabalho tenham surgido na Inglaterra, berço das primeiras agremiações sindicais.

Sem desprezar a ameaça que o crescente movimento dos trabalhadores oferecia, Marx parece preferir a interpretação de que é por força e iniciativa do Estado que a jornada de trabalho fora limitada nas fábricas da Inglaterra. Opondo as primeiras leis fabris inglesas ao *réglement organique* dos principados danubianos, Marx conclui que a disposição do Estado inglês em regulamentar a extensão da jornada de trabalho devia-se, sobretudo, a um cálculo racional. Os limites intoleráveis a que haviam chegado as jornadas de trabalho na Inglaterra afetavam pelas raízes as forças vitais da nação.¹¹ *As raízes*, nesse contexto, é metáfora para o trabalho infantil e serão justamente as crianças os primeiros alvos das leis fabris em solo inglês.

Em síntese, retomando os passos de nossa investigação, observamos que na forma de organização social sob o regime do capital, o progresso técnico e a intensificação do ritmo de trabalho configuram-se como condições necessárias, mas não

⁸ Conforme Marx (1985, Vol I, p. 254).

⁹ Ou, como afirma Marx, nesta passagem: «*O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, no seio da produção capitalista, tem por finalidade encurtar a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista.*» (Marx, 1985, Vol. I, p. 255).

¹⁰ A esse respeito ver Marx (1985, Vol I, p. 187-190).

¹¹ Marx (1985, Vol. I, p. 193).

suficientes, para que ocorra uma diminuição do tempo de trabalho. A forma particular de repartição desse excedente econômico ampliado depende de uma série de fatores, entre os quais se destacam: a evolução da produtividade do trabalho, as relações de força entre capitalistas e trabalhadores e a forma de intervenção do Estado na regulação da atividade econômica.

3. A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO EM PERSPECTIVA

Se esse processo histórico de luta em torno dos limites da jornada de trabalho assumiu contornos variados ao longo do tempo e se muitos avanços foram efetivamente logrados na definição dos limites da exploração, cumpre-se perguntar por que nos dias de hoje o mundo do trabalho aparece tão fragmentado em relação à extensão das jornadas de trabalho e por que essas formas de luta, que durante muito tempo foram importantes bandeiras do movimento sindical, encontram-se esmaecidas e parecem não mais mobilizar os desejos e as aspirações dos trabalhadores.

Efetivamente, se observarmos um longo período histórico, teremos uma visão contrastada sobre a extensão das jornadas de trabalho. Na aurora do capitalismo, entre os séculos XIV ao XVIII, momento de gênese da Revolução Industrial Britânica, há uma extensão progressiva da jornada de trabalho que irá atingir, em fins do século XVIII, limites intoleráveis.¹² Não por acaso, é também esse longo período que verá nascer a utilização extensiva das forças de trabalho de mulheres e crianças à medida que a maquinaria tornava prescindível a força muscular.¹³

Todavia, no sentido inverso, quando se reúnem as estatísticas disponíveis sobre a duração anual efetiva do trabalho¹⁴ nos países industrializados, é dever reconhecer que nos últimos cento e cinquenta anos houve uma importante redução da jornada de trabalho.¹⁵ Embora a redução tenha sido incontestável para o conjunto dos países industrializados, Huberman (2002) sugere que nos períodos de maior prosperidade econômica a redução das jornadas foi mais significativa, a exemplo dos períodos pós Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Em contrapartida, os períodos de intensa turbulência, particularmente entre os anos 29 e 50, fizeram-se acompanhar de uma oscilação e, por vezes, até mesmo de uma ampliação das jornadas de trabalho.

E assim, se nos deixarmos seduzir pelo mito do progresso de nossa era e das promessas dadas das conquistas da ciência e da tecnologia poderíamos ser tentados a imaginar que a redução das jornadas de trabalho seguirá um caminho inexorável.

Concretamente, porém, na realidade histórica vivida em cada país, os limites efetivos das jornadas de trabalho apresentam grande heterogeneidade. Sem a intenção de exaurirmos esse tema, diríamos que entre os fatores que contribuem para a dispersão das jornadas de trabalho figuram com destaque: i) a institucionalidade *de jure* dos ordenamentos legais de proteção ao trabalho e de delimitação da extensão das jornadas

¹² Um vívido e minucioso relato desses limites intoleráveis a que nos referimos pode ser encontrado em Marx (1985), no capítulo VIII, do primeiro volume de “O Capital”.

¹³ Marx (1985), *Maquinaria e Grande Indústria*.

¹⁴ A metodologia do cálculo da duração anual efetiva do trabalho envolve a estimativa da duração média do trabalho daquelas pessoas que estiveram empregadas no período de referência (o ano, para o presente caso), levando-se em conta, ademais, o absenteísmo, as greves, os feriados, dias de descanso e períodos de férias anuais e as horas extras individuais. Para uma exposição das dificuldades metodológicas envolvidas no cálculo e na comparação internacional da duração anual do trabalho ver Cette e Taddéi (1997, especialmente os quadros da p. 21 e pp. 32 – 34).

¹⁵ Para uma análise comparativa das estatísticas internacionais sobre a duração do trabalho entre 1870 e 2000 ver Huberman (2002). Consultar também Cette e Taddéi (1997, pp. 20-30).

de trabalho¹⁶; ii) as formas de gestão do tempo de trabalho e a extensão das jornadas *de fato* praticadas nos locais de trabalho¹⁷; iii) a arquitetura das políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho¹⁸; iv) a força política dos movimentos sindicais e suas estratégias de reivindicação¹⁹; v) a heterogeneidade dos assalariados no que respeita às formas de contratação e de remuneração; vi) as aspirações coletivas dos trabalhadores na escolha entre o aumento do tempo livre e o aumento do poder de compra²⁰; vii) a desigualdade social e não apenas no que diz respeito à desigualdade de renda e riqueza, mas também a desigualdade de acesso ao emprego e a posições estáveis e seguras no mercado de trabalho.

Se uma análise ampla dos limites estatutários para a duração das jornadas de trabalho ao redor do mundo revela uma convergência da semana legal de trabalho para o padrão das 40 horas, as durações médias *efetivas* do trabalho, tendo a semana como referência, desenham um quadro bem mais contrastado: para um conjunto de países as durações variam entre 35 e 45 horas, embora se observem com frequência países em que as jornadas excedem as 48 horas semanais.²¹ Nesse sentido, em 1992, Juliet Schor, em *The Overworked American*, alertava que os trabalhadores americanos estavam trabalhando cada vez mais e que muitos, a despeito dos esforços conjuntos dos cônjuges, encontravam-se presos a uma insidiosa espiral de trabalho ampliado e dívidas crescentes.²²

Mas, mais do que observar as grandezas médias, é fundamental observar a heterogeneidade das durações do trabalho entre os indivíduos. Lee, McCann e Messenger (2007), amparados na análise de questionários enviados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) às agências nacionais de estatísticas, reuniram evidências para 62 países. A análise desses dados, bastante original, permitiu observar vários tipos de padrões de dispersão entre as durações semanais efetivas do trabalho no nível dos indivíduos e cremos que sua exposição é incontornável.

Em países, a exemplo da França, onde existe uma forte regulação e supervisão das jornadas de trabalho – em torno das 35 horas – e onde o trabalho em tempo parcial não é muito difundido, a maior parte das jornadas concentra-se em torno do padrão estatutário, como pode ser observado no gráfico abaixo, extraído da publicação da OIT, intitulado tipo A.

Em países onde as negociações coletivas setoriais são importantes e que ademais contam com limitações efetivas a restringir a duração das jornadas dos trabalhadores não sindicalizados – a exemplo de Alemanha e Áustria – pode surgir uma distribuição de frequência com dois picos, um em torno dos padrões legais estabelecidos e outro relativamente mais baixo, a expressar os resultados dos acordos setoriais, tal como pode se observar no gráfico, sob o título Tipo B.

¹⁶ Para uma excelente análise comparativa dos ordenamentos legais ao redor do mundo a referência é Lee, McCann e Messenger (2007), especialmente o capítulo 2.

¹⁷ Novamente aqui a referência é Lee, McCann e Messenger (2007), especialmente o capítulo 3. Sobre as novas formas de gestão do tempo de trabalho nas empresas na França e no Brasil, ver Fracalanza (2000).

¹⁸ No pós Segunda Guerra, por exemplo, em muitos países desenvolvidos, o intenso incremento da produtividade horária do trabalho foi canalizado principalmente para a elevação dos salários dos trabalhadores - o que permitiu a expansão e a sustentação do consumo de massa - como também para a constituição de fundos públicos que financiaram as atividades do Estado de Bem-Estar Social. Para uma rica análise desse período, consultar especialmente Castel (1996, especialmente capítulo VII).

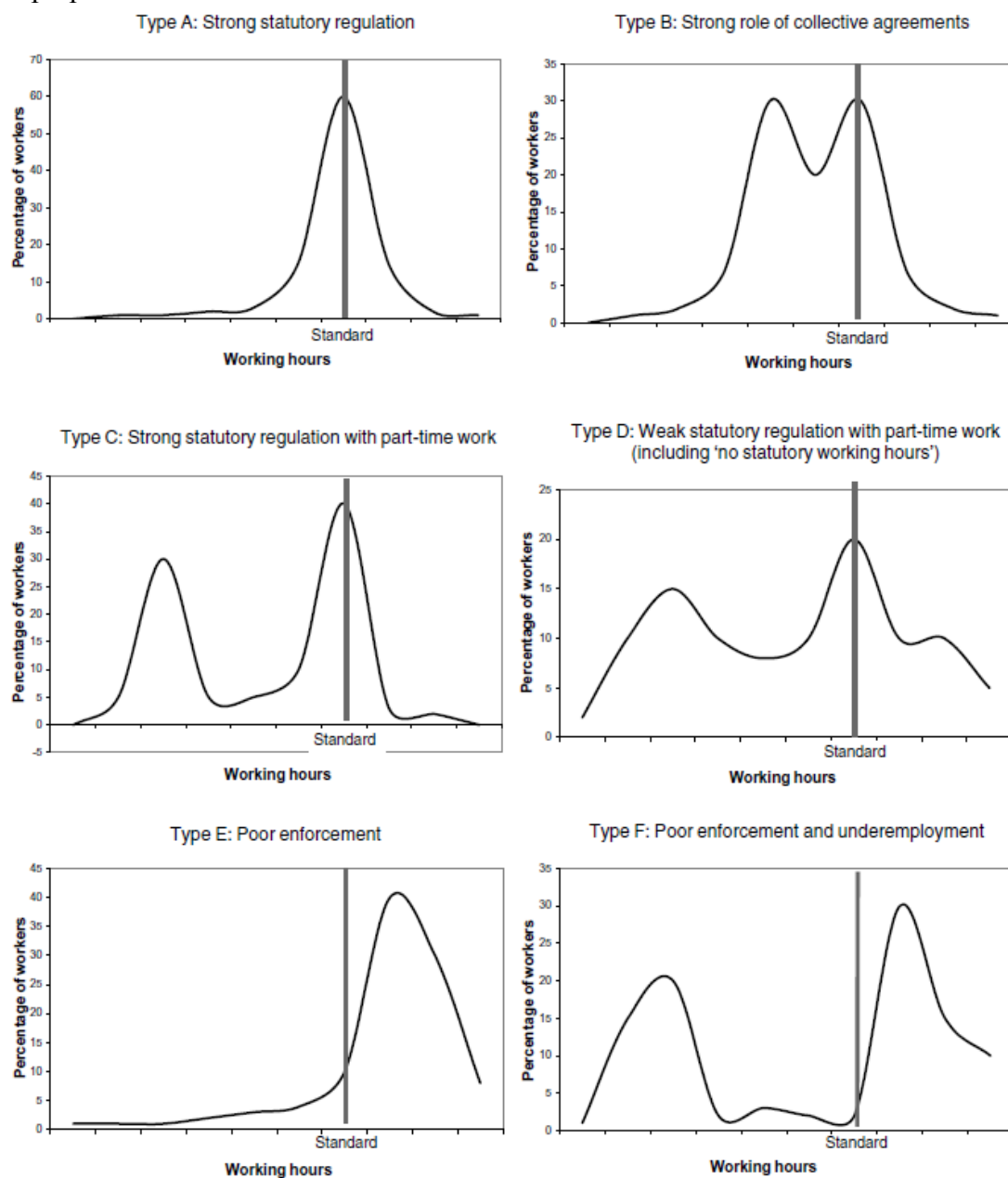
¹⁹ Para uma interessante avaliação do caso francês nas vésperas da lei das “35 horas”, consultar Freyssinet (1997).

²⁰ Certe e Tadéi (1997).

²¹ Lee, McCann e Messenger (2007, pp. 24-32).

²² No mesmo sentido, ver o excelente artigo de Bluestone e Rose (1997).

Um terceiro padrão pode ser observado na Bélgica (no gráfico, sob o título Tipo C), país no qual os padrões estatutários são fortemente observados e os empregos em tempo parcial muito difundidos.



Fonte: Lee *et al.* (2007).

Uma quarta possibilidade (Tipo D no gráfico) é aquela que se apresenta no Reino Unido e no Japão, onde a regulação das jornadas é fraca, a opção pelos empregos em tempo parcial frequente e também onde uma proporção significativa dos trabalhadores exerce jornadas superiores à definição das jornadas semanais.²³

²³ No caso do Reino Unido, a semana normal de trabalho tem 48 horas incluindo as horas extras, mas acordos diretos entre os empregados e empregadores podem ampliar o número de horas de trabalho, sobre as quais, aliás, não incide compensação. No caso do Japão, a referência é a jornada semanal de 40 horas, mas acordos no nível das empresas podem ampliar o montante de horas extras sobre as quais incidem compensações. Fonte <http://www.ilo.org/dyn/travail/travmain.sectionChoice2>

Um quinto padrão seria típico de países em desenvolvimento, bem como de alguns desenvolvidos, a exemplo da Coréia do Sul e dos Estados Unidos, onde a regulação estatutária é fraca, de forma que a maior parte dos trabalhadores figura exercendo jornadas, em média, superiores ao padrão das 40 horas (Tipo E). Nos EUA, a título de exemplo, a ausência de uma norma legal a disciplinar o montante máximo de horas extras, torna ineficazes as orientações para as jornadas normais de trabalho.

Finalmente, um sexto tipo desenvolve-se em países acometidos por um fraco desempenho do mercado de trabalho e pouca efetividade das regulações estatutárias, com muitos trabalhadores sujeitando-se a jornadas mais extensas, ou às situações típicas dos subempregos em situações de informalidade com jornadas curtas, intermitentes e mal remuneradas, o que aparece representado no gráfico abaixo sob o Tipo F.

Mas se a análise exposta acima com base no extenso conjunto de dados explorado por Lee, McCann e Messenger (2007) tem o inegável mérito de evidenciar a heterogeneidade das extensões das jornadas de trabalho vividas pelos trabalhadores ocupados, é dever não esquecer que o quadro *real* de desigualdade é ainda mais preocupante. A repartição desigual do volume de trabalho assume mais graves contornos quando se incluem nas estatísticas os trabalhadores desempregados, as situações de desemprego ocultas pelo desalento e o contingente de trabalhadores em condições de trabalhar, mas excluídos da população economicamente ativa. Em muitos países europeus, nos dias de hoje, as taxas de desocupação entre os jovens apontam para a insustentabilidade dos padrões socialmente forjados. Se se nega aos jovens o trabalho, numa sociedade, como diria Castel (1995, p. 385) “(...) onde os atributos ligados ao trabalho para caracterizar o *status* que classifica o indivíduo na sociedade parecem ter se imposto definitivamente em detrimento de outros suportes de identidade, como a família ou a inscrição numa comunidade”, o que subsiste?

É nesse momento de crise do mundo do trabalho e das evidências cada vez mais agudas de que vivemos num mundo em duas velocidades (*à deux vitesses*), como já advertira Gorz (2007), que vários autores voltaram a se debruçar sobre a proposta da redução da jornada de trabalho, discutindo em termos muito semelhantes àqueles apresentados por Gorz (2007) – se bem que com enfoques diferentes – o conceito de suficiência e os ideais de uma vida plena, sábia e boa para *além do mercado* (SKIDELSKY e SKIDELSKY, 2012; SCHOR, 2010; JACKSON, 2010). A ideia aqui é contrapor-se à lógica impecável desnudada por Gorz de que “a eficiência máxima ilimitada na valorização do capital exigia assim o máximo ilimitado de ineficiência na provisão das necessidades e de desperdício no consumo” (GORZ, 2007, p. 115).

A esse tema, portanto, dedicamo-nos no item final de nosso artigo.

4. A RESSIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE DO TRABALHADOR NA CULTURA DO CONSUMO

Now it is true that the needs of human beings may seem to be insatiable. But they fall into two classes – those needs which are absolute in the sense that we feel them whatever the situation of our fellow human beings may be, and those which are relative in the sense that we feel them only if their satisfaction lifts us above, makes us feel superior to, our fellows. Needs of the second class, those which satisfy the desire for superiority, may indeed be insatiable; for the higher the general level, the higher still are they. But this is not so true of the absolute needs – a point may soon be reached, much sooner perhaps than we are all of us aware of, when these needs are satisfied in the sense that we prefer to devote our further energies to non-economic purposes (KEYNES, 2008, p. 21)

A hierarquia entre necessidades absolutas e relativas que Keynes apresenta no parágrafo citado acima, evidencia, de um lado, que o autor reconhece que algumas das necessidades humanas são insaciáveis. A possibilidade de ter parte dessas necessidades satisfeitas constitui, como já mencionamos anteriormente neste artigo, uma das condições para que o “problema econômico” seja resolvido. Necessidades – ou desejos – crescentes, desenhadas e reconfiguradas na dependência do comportamento de consumo de terceiros, colocariam a humanidade em uma perpétua *treadmill*, na qual todo esforço empreendido apenas faz avançar a velocidade da esteira sem permitir que se saia do lugar.

Nesta sessão, voltamo-nos a compreender algumas das razões que explicariam por que a humanidade não pôde, ainda, superar o que Keynes chamou de problema econômico, focalizando a questão das relações entre trabalho e consumo. Por que, a essa altura do desenvolvimento das forças produtivas, o ser humano não teria alcançado a circunstância prevista por Keynes, de poder trabalhar apenas umas poucas horas semanais?

Para responder a essa questão, a proposta é um olhar analítico sobre algumas das reflexões mais inspiradas sobre o tema do consumo, conforme visitado por autores selecionados: a noção de que “o contexto importa”, de Robert Frank; a interpretação de que os bens comunicam, criam identidades e estabelecem relações, de Mary Douglas e Baron Isherwood; a visão da “cadeia invertida” de John K. Galbraith e a da criação de desejos de Vance Packard.

Robert H. Frank, professor de Economia da Universidade de Cornell e estudioso de questões relativas ao mundo do consumo, surpreendeu-se com o fato de Keynes ter dado tão pouca importância em seu *Economic Possibilities* (2008) para as necessidades ditas relativas. Frank (2008) salienta o papel do contexto na modelagem da demanda. Defende que a demanda pelo quesito *qualidade* em quaisquer domínios sempre seria universal e inexaurível. O exemplo tomado por Frank sobre a universalidade desse desejo pela qualidade vem dos automóveis. A incorporação progressiva e incessante de tecnologia e os níveis superiores de conforto vão sendo difundidos dos modelos mais caros até os mais simples. Um segundo exemplo, sobre os avanços na qualidade de bicicletas, com modelos cada vez mais sofisticados, incorporando novos materiais, como fibra de carbono, partes em alumínio, freios Shimano²⁴ e um número importante de acessórios mais ou menos extravagantes, deve reforçar a ideia de que esse desejo por qualidade perpassa os mais diferentes bens. Uma noção geral presente neste raciocínio seria que, em princípio, toda demanda teria uma dimensão relativa em termos da qualidade dos bens ou serviços que supostamente poderiam supri-la. E Frank (2008) apresenta o exemplo de uma “boa escola” para ilustrar como essa noção é, novamente, dependente do *contexto*:

[...] the concept of a “good” school is inescapably relative [...]. In most jurisdictions, after all, school quality is strongly correlated with the average price of houses in the corresponding neighborhoods. There are perhaps no expenditure categories for which context is more important than those that can ensure that our children will enter adulthood successfully. And buying a house in a safe neighborhood with good schools is perhaps the most important such expenditure. (FRANK, 2008, p. 149).

²⁴ Os freios Shimano, da multinacional japonesa especializada no fornecimento de peças para bicicletas, tornaram-se sinônimo de qualidade especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980.

Reelaborando livremente a proposição de Frank (2008), diríamos que sua visão sobre a urgência do trabalho é tal que esta última permanece quando a natureza do problema econômico é compreendida como uma necessidade que se amplia pelo desejo da qualidade. E a percepção do que é “qualidade” é dependente do contexto; o desejo pela qualidade se amplia quando o avanço tecnológico e outras estratégias que emanam do lado da produção apresentam novas alternativas a tudo o que se consome, da alimentação ao transporte, da habitação ao lazer, da educação à cultura. Diante, portanto, de um contexto de ofertas no qual a riqueza qualitativa se expande, a parcela de Adão em cada um de nós tem permanência. A necessidade do consumo de qualidade nos impele ao trabalho. Teria estado Keynes alheio a essa razão?

Mas o desejo pela qualidade pode ser análogo ao desejo pela diversidade de bens. A ampliação qualitativa em termos de modelos e de *design*, aliada à emergência de novas funcionalidades em objetos os mais diversos, como no caso, a título de exemplo, dos eletroeletrônicos realimentaria a *treadmill* do desejo. Um novo aparelho de som, um novo celular ou qualquer outro “bem durável” pode exercer fascínio tamanho que o “sujeito”, possuído pelo desejo, se apressa em deixar de lado algo semelhante recém-adquirido para se entregar ao deleite do novo? Tal é a natureza do hiperconsumidor de Lipovetsky (2007), o filósofo francês que se dedica à compreensão do homem no mundo contemporâneo abordando, dentre outros aspectos, as esferas da produção e do consumo.

Uma inovação peculiar, o cartão de crédito – ao lado de outras novidades congêneres como os cartões de loja ou de varejo e os de postos de combustíveis –, constitui avanço inestimável para a potencialização da acumulação de capital no mundo contemporâneo, por dois fenômenos que constituem as duas faces da mesma moeda. De um lado, a desvinculação do consumo da renda presente. De outro, sem o qual o primeiro não seria possível, a eclosão de um novo traço cultural que marcará de forma intensa e crescente a sociedade contemporânea: a superação da ascese e da prudência como comportamentos prevalentes no que tange à gestão dos gastos por um novo *ethos* – aquele da liberalidade dos gastos, da prodigalidade da fruição mesmo antes da disponibilidade da renda (MANNING, 2000).

O ímpeto contumaz e incessante do desejo insaciável do consumo afirmado por Lipovetsky (2007), pairando acima de qualquer outra vontade ou, como talvez melhor convenha, consubstanciando quaisquer outras vontades – como a de pertencimento e a da comunicação – pode assumir seu lugar na determinação das decisões de gasto – e na disposição para o trabalho – na sociedade contemporânea por meio da plena realização desse *ethos*, de forma especial com o advento e a ampla difusão da novidade do cartão de crédito.

Galbraith (1958) advertia, em seu livro *A Sociedade Afluente* que o problema da sociedade capitalista é que ela produz em excesso – em especial aqueles bens produzidos e consumidos privadamente, em detrimento dos bens e serviços públicos, tais como educação, saúde, qualidade ambiental e segurança. Via na publicidade a estratégia para a criação da demanda necessária para a absorção de todo esse excesso de bens privados. Quase uma década mais tarde, em *O Novo Estado Industrial*, Galbraith (1967) faz referência à “cadeia invertida”, na qual a demanda é criada pelos produtores – e não o contrário. Aos produtores, diria Galbraith, cabe a produção de bens e serviços e, de forma concomitante, a criação da demanda.

Em 1957, Vance Packard, o inquieto jornalista e crítico social americano, publicara *The Hidden Persuaders*, desvelando as técnicas empregadas então por profissionais da publicidade e do marketing para persuadir suas audiências – tanto como consumidores, nos mercados de bens e serviços, quanto cidadãos, no “mercado político”

– quanto às suas escolhas. O livro de Packard (1957) tornou-se um *best-seller* e chocou a opinião pública ao ventilar o uso da ciência pela indústria da publicidade: a Psicologia, os modelos de estímulo-resposta, mas também a Psicanálise, a Sociologia e a Antropologia cultural. O ponto focal do livro é a chamada “pesquisa motivacional”. Na primeira parte da obra, o autor cede a palavra ao pesquisador-chefe de uma firma sediada em Chicago para sumariar *candidamente*, para usar a expressão do autor, do que se trata:

Motivation research is the type of research that seeks to learn what motivates people in making choices. It employs techniques designed to reach the unconscious or subconscious mind because preferences generally are determined by factors of which the individual is not conscious... Actually in the buying situation the consumer generally acts emotionally and compulsively, unconsciously reacting to the images and designs which in the subconscious are associated with the product (PACKARD, 1957, p. 35).

Portanto, se compreender a relação entre trabalho e consumo impõe que se dê a conhecer a motivação para este último, ou seja, que se perceba o que, afinal, modela as demandas da sociedade contemporânea, as obras de Galbraith e de Packard contribuem para elucidar o caráter estratégico da “produção do desejo” num contexto em que a acumulação não pode prescindir da produção – e do consumo – em massa.

Outro argumento que podemos explorar para tentar compreender a relação entre o trabalho e o consumo – e dar pistas do que nos teria tão flagrantemente afastado de um mundo com menos horas de labuta – é o de que o papel dos bens não se restringe a suprir necessidades “básicas”, ou talvez que tão essenciais também sejam as necessidades de comunicação, de criação de identidades e do estabelecimento de relações que, na visão de Douglas e Isherwood (1979), conformariam necessidades que ainda seriam supridas por bens – e pelo consumo.

Num ensaio publicado mais recentemente, entregue em 2005, apenas dois anos antes de seu desaparecimento, aos 86 anos, Mary Douglas, prestigiada antropóloga britânica, afirma que “[...] por uma divisão implícita de trabalho, os economistas estudavam economias de mercado e os antropólogos estudavam economias de dádiva” (DOUGLAS, 2007, p. 22). A autora relata sua luta para desfazer a noção teórica da economia da “pessoa” humana. A antropóloga concebe um coletivo como a “unidade”: o ser humano é um ser social e se, como quer a macro ou a microeconomia, está empenhado em adquirir uma “cesta de bens”, não seria para seu consumo exclusivo. E mesmo o consumo familiar seria uma concepção limitada do que significa o “social” e o “coletivo” de Mary Douglas. A autora foi chamada, no final da década de 1990 para pesquisar sobre a “atual filosofia do bem-estar, as teorias de necessidades básicas, necessidades humanas, qualidade de vida, e os resultados de pesquisas baseadas nelas” para uma contribuição no âmbito do debate sobre as Mudanças Climáticas (DOUGLAS, 2007, p. 23). É divertido – embora também tenha algo de trágico – “vê-la” indignada com a precariedade do pensamento econômico sobre o tema. Depois de relatar que todas as frágeis perspectivas econômicas partem da Biologia, assumindo uma teoria de necessidades que começa pelas físicas, iniciando pela necessidade de viver, de ter comida, água, abrigo, etc., passando então à necessidade de companhia e satisfação social e espiritual, Douglas (2007, p. 23) defende que “a teoria deveria começar com seres inteligentes que possuem o suficiente para viver e mesmo assim conseguem matar de fome alguns de seus iguais.”

Vivemos, hoje, num mundo de abundância. Um mundo onde os excessos e o desperdício vivem lado a lado com a miséria. Nunca fomos – seres humanos – tão ricos;

provavelmente nunca antes tivemos, entre nós, seres da mesma espécie, tantos desvalidos. A desigualdade é nossa marca. Os “sem-teto”, “sem-terra”, “sem-trabalho” – os miseráveis – dividem o planeta com uma elite afluente e com estratos médios e trabalhadores, os quais repartem também de forma desigual o tempo e os frutos do trabalho. O futuro luminoso espreitado com esperança incrédula por Keynes há décadas – esse futuro que talvez não chegue a nossos netos – é também o presente negado a uma imensidão de nossos contemporâneos.

As ideias de Mary Douglas são simples – talvez falsamente simples – e geniais, como um “ovo de Colombo”. Interessada na Antropologia Econômica esteve por quase toda a (longa) vida às voltas com economistas. Gostou de alguns deles – como de Partha Dasgupta, por sua ideia crítica sobre a mensuração econômica que acabou por originar o Índice de Desenvolvimento Humano. Parece que ganharíamos muito, economistas, com a leitura de sua obra.

Abaixo, duas frases de sua lavra que nos interessam ao olhar sobre as *Possibilidades Econômicas para Nossos Netos*:

Muito é dito sobre comunicação, mas sempre sobre indivíduos comunicando: uma inabilidade de contemplar a cultura como um processo dinâmico feito por indivíduos interagindo. Uma psicologia que concebe de forma totalmente errada a natureza da pessoa é parte do fardo com o qual a teoria do consumo tem tido que lidar.”

“Ao invés de uma tabela de necessidades básicas que começa com as físicas e termina com as sociais e simbólicas, o oposto funcionaria melhor (DOUGLAS, 2007, p. 23-24).

Nessa perspectiva, o consumo em nossas sociedades, assim como em outras formas sociais anteriores, conforme pode atestar o conhecimento antropológico, é revestido de um papel estruturador de valores, os quais são centrais para a construção de identidades e para a regulação de relações sociais.

No seio da cultura do capitalismo reside, lado a lado, uma tríade de gênios. O primeiro deles é aquele que zela por sua incomparável capacidade histórica de produzir bens – *commodities* materiais ou imateriais; o segundo é aquele capaz de insuflar o desejo dos Homens para a aquisição dessas *commodities*, fazendo dele o insaciável anelo que possibilita o consumo perene que libera e amplifica o fluxo contínuo da produção em escala titânica; o terceiro é o que, como que magicamente, torna invisíveis todas as complexas relações sociais – as vidas, as faces, os corpos, os papéis, o trabalho, o sofrimento e os liames peculiares – que possibilitam a existência dessas *commodities* – é o que obnubila a materialidade dos esforços e das interações empenhados na produção que traz à luz cada uma dessas *commodities*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a crença no progresso inelutável das forças produtivas sob o regime do capital alimentava em muitos a esperança de que, mais cedo ou tarde, acabaríamos por encontrarmo-nos na situação de podermos solucionar o “problema econômico” – a fadiga do trabalho na luta pela sobrevivência –, os acontecimentos do mundo do trabalho, nos dias de hoje, não parecem ensejar bons augúrios.

Encontramo-nos na situação paradoxal de produzirmos riquezas em abundância com enorme eficiência e com o dispêndio de cada vez menos trabalho humano, e porém não apenas os frutos do trabalho humano socializado serem mal distribuídos e em extensa medida absolutamente supérfluos – para não dizer perniciosos –, como a grandeza do trabalho humano mobilizado ser também repartida de forma desigual. Nos

mercados de trabalho de países desenvolvidos e não desenvolvidos, convivem lado a lado, homens e mulheres com desejo e capacidade de trabalhar sendo que a alguns, concedem-se jornadas plenas ou indesejavelmente extensas de trabalho, a outros, jornadas exíguas de trabalho e, a outros, ainda, trabalho algum.

Assim, não é de estranhar que muitos autores procurem se reapropriar do discurso de uma alternativa de redução das jornadas de trabalho, condição para uma repartição mais justa do excedente econômico produzido, mas também promessa para uma vida mais plena, mais sábia e boa.

E mesmo que estejamos convencidos de que a realidade em muitos países é de uma penúria das condições mais básicas de vida de vastos contingentes da população, talvez seja urgente refletir que não existe algo como uma *natureza humana* que nos impele para a insaciedade. Muito ao contrário, nossas melhores disposições e capacidades são destruídas se nos dedicarmos à busca incansável de bens. Como já nos advertia Lafargue (1965, p. 2):

Une étrange folie possède les classes ouvrières des nations où règne la civilisation capitaliste. Cette folie traîne à sa suite des misères individuelles et sociales qui, depuis deux siècles, torturent la triste humanité. Cette folie est l'amour du travail, la passion moribonde du travail, poussée jusqu'à l'épuisement des forces vitales de l'individu e de sa progéniture.

REFERÊNCIAS

BLUESTONE, B.; ROSE, S. Overworked and underemployed. **The American Prospect**, n. 31, p. 58-69, March-April, 1997. Disponível em: <<https://www.msu.edu/user/dorman/bluestone1.htm>>. Consultado em: 17 de junho de 2013.

CASTEL, R. **Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat**. France: Editions Fayard, 1996.

CETTE, G.; TADDEI, D. **Réduire le temps de travail: de la théorie à la pratique**. Paris: Le Livre de Poche, 1997.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O Mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

DOSTALER, G. **Keynes et ses Combats**. Paris: Éditions Albin Michel, 2009.

FRANK, R. H. Context is More Important than Keynes Realized. In: PECCHI, G.; PIGA, G. **Revisiting Keynes: economic possibilities for our grandchildren**. London: The MIT Press, 2008, pp. 143-150.

FREYSSINET, J. **Le temps de travail en miettes: 20 ans de politique de l'emploi et de négociation collective**. Paris: Les Editions de l'Atelier, 1997.

GALBRAITH, J. K. **The Affluent Society**. London: Penguin Books, 1999 [1958].

GALBRAITH, J. K. **O Novo Estado Industrial**. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1967]. (Coleção Os Economistas).

- GORZ, A. *Metamorfoses do Trabalho*: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2007.
- HUBERMAN, M. **Working Hours of the World Unite?** New international evidence on worktime – 1870 – 2000. Montreal: Scientific Series, 2002. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/e/phu57.html>>. Consultado em: 17 de junho de 2013:
- JACKSON, T. **Prosperité Sans Croissance**. Bruxelles: Éditions de Boeck Université, 2010.
- KEYNES, J. M. Economic Possibilities for Our Grandchildren. In: PECCHI, G.; PIGA, G. **Revisiting Keynes**: economic possibilities for our grandchildren. London: The MIT Press, 2008, pp. 17-26.
- KEYNES, J. M. **The Economic Consequences of the Peace**. The Project Gutenberg eBook: arquivo pdf, 2013. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/15776/15776-h/15776-h.htm>>. Consultado em 17 de junho de 2013.
- KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.
- LANDES, D. **Prometeu Desacorrentado**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental de 1750 até os dias de hoje. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- LAFARGUE, P. **Le Droit à la Paresse**. Paris: Librairie François Maspero, 1965.
- LEE, S.; McCANN, D.; MESSENGER, J. C. **Working Time Around the World**: trends in working hours. New York: Routledge, 2007.
- LIPOVETSKY, G. **A Felicidade Paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LIPOVETSKY, G.; ROUX, E. **O Luxo Eterno**: da idade do sagrado ao tempo das marcas. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MANNING, R. D. **Credit Card Nation**: the consequences of America's addiction to credit. New York: Basic Books, 2000.
- PACKARD, V. **The Hidden Persuaders**. Canada: Ig Publishing, 2007.
- PECCHI, G.; PIGA, G. **Revisiting Keynes**: Economic Possibilities for Our Grandchildren. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2008.
- RUSSELL, B. **In Praise of Idleness, 1932**. Disponível em: <http://prdupl02.ynet.co.il/ForumFiles_3/31164247.pdf>, Consultado em 17 de junho de 2013.
- SCHOR, J. **The Overworked American**: The Unexpected Decline of Leisure. New York: Basic Books, 1992.
- SCHOR, J. **Plenitude**. New York: Penguin Group, 2010.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 2003.
- SKIDELSKY, R. **Keynes**: the return of the master. London, UK: Penguin Books, 2009.

SKIDELSKY, R.; SKIDELSKY, E. *How Much is Enough?* New York: Other Press, 2012.

Submissão: Maio de 2013

Aprovação: Setembro de 2013